

DEBATE

Prof. Doutor Manuel Patrício

A minha intenção, com esta intervenção, é dialogar um pouco com o Prof. João Formosinho a respeito de uma questão absolutamente crucial para o desenvolvimento do sistema educativo nestes anos que nos levam até ao limite do 3º milénio. É a questão da natureza do ensino básico e do ensino secundário e da articulação entre ambos.

Do meu ponto de vista (vou procurar ser muito rápido e perdoar-me-ão, por conseguinte, que tenha de ser mesmo um pouco esquemático...), a questão pode desdobrar-se em dois grandes aspectos: o aspecto conceptual e o organizacional. Isto é: o que é que entendemos por ensino básico e por ensino secundário, por um lado; que consequências, em termos organizacionais, é que essas concepções têm, por outro lado.

Vamos à questão conceptual. O João sabe perfeitamente o que eu penso, pois expus as minhas ideias, creio que com clareza, no Congresso da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico, que organizou na sua Universidade, logo na conferência da manhã inaugural do Congresso. Entendo que é hoje conveniente alargarmos a ideia de ensino básico, integrando-a numa ideia mais ampla, que é a de

sobre o ensino básico está certo no essencial, mas estará ainda mais certo se articularmos organicamente a educação pré-escolar com o ensino básico e construirmos desse modo um grande bloco de educação básica, bloco esse aberto à totalidade da população.

Penso, por conseguinte, que deveríamos organizar a própria educação pré-escolar em continuidade com aquilo a que a Lei de Bases chama o ensino básico e que deveríamos fazer uma coisa e a outra com carácter universal. Não obrigatório, no que diz respeito à educação pré-escolar; mas criando todas as condições para que o universo pleno dos que têm entre 3 e 6 anos pudesse realmente frequentar programas de educação pré-escolar.

Julgo, portanto, que convém não apenas acentuar o conceito de ensino básico, como convém mesmo alargá-lo e enriquecê-lo, transformado-o no conceito de educação básica.

Nesse sentido, parece-me que esse bloco educativo e de ensino corresponde, no fim de contas, ao programa educativo democrático - o único verdadeiro ou completamente democrático que temos -, porque é aquele que se dirige, por imperativo da própria Lei, à totalidade das crianças do escalão etário apropriado.

Quanto à natureza dos ensinamentos, penso que o ensino básico - ou, para melhor dizer, a educação básica - deve ter um carácter geral e fundamental e que o ensino secundário deve ter um carácter mais específico ou especializado e que, por conseguinte, também desta perspectiva eles serão distintos.

Quanto ao aspecto organizacional, só quero chamar a atenção para alguns pontos. O primeiro refere-se às consequências em termos organizacionais, que são as mais profundas, por exemplo, no que diz respeito à questão da própria estrutura dos programas educativos por níveis: pré-escolar, 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo. Chegaremos a respostas completamente diferentes se assumirmos um conceito integrado de educação básica - educação pré-escolar mais 9 anos de ensino básico -, seguindo-se o ensino secundário, ou se assumirmos o quadro que o João Formosinho nos apresentou.

Quanto à rede escolar e equipamentos, penso que uma rede escolar decorrente do modelo conceptual que foi delineado pelo Prof. João Formosinho será inevitavelmente muito distinta da do modelo que acabei de esboçar e que me parece mais adequado.

Também no que respeita aos programas - educativos e de ensino -, as diferenças são grandes e importantes. Julgo que as experiências que se têm vindo a realizar com as escolas básicas integradas aconselham uma gestão integrada dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. Quer haja ou não haja integração física, deve haver articulação pedagógica. A situação será completamente diferente conforme se opte por um ou por outro modelo.

A rede escolar portuguesa não sofrerá grandes alterações estruturais se entendermos que o ensino secundário começa no 5º ano de escolaridade. Ela só sofrerá mudanças qualitativas profundas se assumirmos um conceito diferente.

O mesmo direi relativamente aos equipamentos. Não acredito, pessoalmente, que possamos enriquecer, de maneira significativa e à

altura das necessidades, os equipamentos das escolas do 1º ciclo do ensino básico se mantivermos este, efectivamente, num guetto, como será inevitável se optarmos pelo quadro conceptual que o João Formosinho defendeu.

Outra questão fundamental diz respeito ao corpo docente. Julgo que é desejável que avancemos para um corpo docente homogéneo, do ponto de vista do estatuto académico e profissional. As condições criadas pelo actual Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário só garantirão uma carreira única, e não apenas tendencialmente única, se avançarmos para essa homogeneização.

Um tal cenário é facilitado pela assunção do ensino básico integrado de 9 anos - e mais ainda se lhe acrescentarmos os 3 anos da educação pré-escolar - e não o será se adoptarmos o outro quadro.

Quanto à natureza e diversidade qualitativa desse corpo docente, estou convencido de que será muito mais fácil resolver, por exemplo, o problema das expressões, ao nível do 1º ciclo do ensino básico, se assumirmos o modelo das Escolas Básicas Integradas do que se o não fizermos. Tal terá também consequências importantes no tocante à formação de professores.

Terá consequências nos próprios centros educativos, como é evidente, pois a estrutura qualitativa do corpo docente será bastante diferente. Tê-las-à também nas instituições superiores de formação: universidades e escolas superiores de educação. Bem sabemos que as universidades têm uma tendência mais forte para fazer professores únicos para o secundário e o 3º ciclo do básico do que para diferenciar

essa formação, respeitando a distinta natureza do ensino secundário e do ensino básico. Mas isso é um problema que terá, naturalmente, a sua solução, se a opção política se definir com clareza.

Acho, por conseguinte, que estamos perante dois cenários evolutivos possíveis. Um decorre de uma concepção absolutamente respeitável, mas que não me parece de facto a mais indicada e que também se conjuga - o meu amigo João concordará... - com uma certa inércia escolar e social. Ou queremos ou não queremos um ensino básico alargado e decididamente democrático. Sabemos perfeitamente que, na sequência da criação do ciclo preparatório pelo Prof. Galvão Teles, as escolas não primárias nunca aceitaram realmente o ensino básico de 6 anos. É um facto que não chegámos a ter, na prática, o ensino básico de 6 anos. Há o outro cenário: que é aquele que decorre da Lei de Bases do Sistema Educativo e da legislação subsequente (e talvez consequente, em muitos casos ...).

Ora bem, a questão é esta: qual é a evolução que devemos apoiar e mesmo, que devemos promover? Qual é a que mais convém ao conjunto da sociedade e ao conjunto do sistema educativo? Por mim, penso que é aquela que a Lei de Bases propõe. O Prof. Formosinho defendeu uma outra e é justamente sobre isto que eu o questiono: a ele e a todos os elementos da Mesa que o quiserem fazer.

Muito obrigado.

Dr. Luís Imaginário

Eu só queria reagir à provocação do João Formosinho acerca da organização do ensino básico e secundário e questões correlativas. Estava convencido, se calhar, enganado, que apesar de ser razoavelmente a contra-corrente do que se passa noutros países da Europa, hoje o nosso ensino básico e secundário, tinha uma racionalidade intrínseca. Efectivamente, 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo, correspondem a um movimento de unificação que foi progressivo; é sabido que o ensino começou por se diferenciar ao nível do 5º ano de escolaridade, nos idos não sei de que ano, depois se diferenciava no 7º. ano de escolaridade e agora considerá-lo 1º, 2º e 3º ciclo tinha uma lógica interna. Esta lógica, de resto, é razoavelmente consistente com a ideia de que o ensino básico é o lugar e o tempo para adquirir uma série de competências básicas que são indispensáveis para a compreensão, para a intervenção, enfim para assumir o papel de cidadão; consistente até, portanto, com o desenvolvimento psicológico dos jovens. Por outro lado, o secundário, num ciclo só de três anos, era efectivamente um lugar de diferenciação.

Ou seja, até aqui, eu vivia convencido, vejam lá a ingenuidade, que isto tinha uma certa coerência interna, isto justificava-se, tinha uma determinada legitimidade, o que, aliás, se prende, por exemplo, com a questão da avaliação, que, como já hoje ouvimos aqui dizer, há quem não goste e há quem goste. Não sou especialista de avaliação, mas

julgo compreender que numa escolaridade básica, seja ela de 6, de 9 de 10 anos (isso varia de país para país), enfim de 9 anos, haja um certo sistema de avaliação que procura de facto promover o desenvolvimento de todos os cidadãos e em que a preocupação selectiva está razoavelmente posta entre parêntesis; mas que, naturalmente, no ensino secundário, aí sim, haverá lugar para a selecção e para a consequente diferenciação.

Um problema que se relaciona com este e que foi aqui focado ligeiramente, é que o facto de dizer que a escolaridade básica de 9 anos em três ciclos, e agora a questão é de nomes, não significa obrigatoriamente a licealização. A licealização foi efeito perverso, aliás porventura introduzido por algumas forças sociais, forças essas que hoje clamam, numa leitura perfeitamente distorcida, que o que era bom era a diferenciação no 7º ano de escolaridade. Porque, como se sabe, quando foi introduzida a mistificação no 7º. ano, de facto havia componentes de formação que obviavam à sua licealização: não é, portanto, uma necessidade imperiosa que, pelo facto de termos 9 anos, portanto, de uma escolaridade básica obrigatória, ela tenha de ser exactamente igual para o João, para a Maria, para o Francisco, estejam eles em que sítio estiverem do País.

E já aqui foi referido, suponho que como um mal, que a educação tecnológica talvez seja uma fatalidade. Eu diria que é uma fatalidade, se ela de facto não for integrada na educação básica de todos os cidadãos, porque não percebo como é possível ter a pretensão de formar cidadãos ao nível de escolaridade básica, se não for possível arranjar formas e eu sei que é difícil fazê-lo, e é muito mais fácil anunciá-lo do que concretizá-lo se não for possível, dizia, integrar a formação tecnológica

na escolaridade básica, num mundo em que acordamos e nos deitamos com as mais diversas tecnologias.

Enfim, o meu voto é o de que a educação tecnológica seja integrada na escolaridade básica, alargada quanto baste. Se calhar estou de acordo com o interventor anterior quando diz que a escolaridade básica no ano de 2051 será a licenciatura, não me incomoda nada, e até gostaria que os polícias sinaleiros que já não existirão nessa altura, mas os cívicos que passam multas, tivessem a licenciatura, porque, então, perderíamos muito menos tempo quando têm de preencher qualquer formulário. Como quer que seja, gostaria que o João Formosinho tivesse ocasião de nos explicar melhor a razão porque acha que o secundário deve ser designado como tal, a partir do 5º ano de escolaridade e não a partir do 9º, como agora.

Obrigado.

Dr. Salvado Sampaio

Eu começava por me referir à intervenção anterior, lembrar que a licealização após a revolução de Abril foi o fruto do 1º Governo Constitucional. Anteriormente havia a disciplina de Educação Cívica e Politécnica, que conjugava dois elementos extremamente importantes, o da formação tecnológica e o da sensibilização aos problemas sociais. Ao extinguir-se esta disciplina marca-se um recuo da Revolução.

Numa perspectiva muito rápida, foi extremamente útil assistir a esta Mesa Redonda, pela qualidade de muitas intervenções.

Havia um outro aspecto quanto às perspectivas do ano 2000. Eu estou optimista, porque sou uma pessoa optimista por natureza, e estou pessimista e tenho razões para o estar. O meu optimismo resulta de haver na sociedade portuguesa figuras e pessoas que têm o domínio da problemática da educação que corresponde aos próprios interesses do país. O meu pessimismo está no facto de que quem detém o poder no seu nível mais alto, não estar apto a responder a estes interesses.

E uma das razões fundamentais, contrariamente ao que foi dito na Mesa, é que a função da educação continua a ser fundamentalmente, uma função segregadora. E uma das razões que me convence dessa não-aptidão, é que eu acho que o problema fundamental, e é uma reivindicação de há muitos anos, é a formulação do livro branco ou negro. E quando o Governo, no início dos anos lectivos esconde a situação da realidade portuguesa, está a dificultar a resolução dos problemas e está ao mesmo tempo a querer justificar uma atribuição extremamente mesquinha de meios financeiros, sem o acréscimo dos quais o problema da valorização dos quadros, não se resolve.

Nós temos dois referenciais fundamentais para a educação em Portugal. Um a nível interno, que seria a Constituição da República Portuguesa e o princípio da igualdade de oportunidades. Eu lembrava ao Miguel Fontes, que ouvi com todo o interesse, que é um princípio que se manifesta antes da própria escola, na educação pré-escolar, e não é por acaso que nos últimos anos nós assistimos, num país em que no documento se firma que deve haver taxa de escolarização de 80% e é

de nível governamental, há uma redução da taxa de Escolarização no ensino oficial, na educação pré-escolar.

Há outro problema que é extremamente preocupante, é a clientelização dos quadros. E muitas vezes até, a exclusão de elementos de intervenção nos próprios Ministérios. É por isso que as perspectivas de educação numa perspectiva oficial, são meramente simplórias e a escolha para Ministro de uma entidade não qualificada nesses problemas, não deixa de ter um certo sentido.

No actual projecto do Ministério da Educação não se vislumbra a realização do projecto educativo que o país exige, de molde a poder competir com os países desenvolvidos. Subestima-se gravemente a qualificação do elemento fundamental, o dos meios humanos.

Prof^a Doutora Ana Benavente

Neste "tempo de antena", limitar-me-ia apenas a reflectir um minuto escasso, em relação à primeira intervenção do colega que manifestou alguma perplexidade, em relação ao assalto em forma de que a escola está a ser vítima por forças que lhe são exteriores. Não cheguei a entender exactamente se a posição em que se coloca, é a de considerar essa intromissão como uma desvantagem em si mesma, ou se, eventualmente, portadora de desafios que possam funcionar como aspectos positivos em relação à evolução do próprio sistema educativo mais formal.

A posição que eu defenderia seria a segunda, reconhecendo embora a complexidade dessas relações, desses diálogos e não esquecendo que o aparecimento dessas forças cria, de facto, resistências de várias ordens e cria situações que podem ser de gestão mais difícil; mesmo assim, teria tendência para concluir que desses conflitos poderão resultar situações positivas para os estabelecimentos de ensino formal, que, dessa maneira, se enriquecem com novas vertentes de formação e, sobretudo, respondem mais e melhor, (com algum optimismo pelo menos) às necessidades reais de informação e formação dos jovens que os frequentam.

Dr. Jorge Baptista

Vou fazer uma intervenção "provocatória"! Nós começámos este Seminário com uma intervenção "provocatória" por parte do Secretário de Estado e, apesar de não ter tão elevadas responsabilidades, sinto-me também no direito de lançar a seguinte questão: se daqui a 100 anos, estivéssemos nesta sala, não discutiríamos, possivelmente, a massificação do Ensino Superior ?

Porque a tendência do sistema educativo é esta, e, neste momento, precisamos de falar da Escola dos Anos 2000 e não desta Escola, como ela estará no ano 2000.

A Escola do século XXI será a Escola da licenciatura obrigatória. É para isto que temos de estar preparados. Assim, vamos ver como é que vai reagir um Sistema que foi estabelecido com base em redutos do

Saber, como autêntica fortaleza com várias muralhas cuja torre de menagem é a Universidade, a qual, está também agora em vias de ser tomada.

Isto já acontece hoje, não é um fenómeno que esteja a ser inventado, porque já temos escolas superiores que são verdadeiros supermercados de licenciaturas !

A resposta ao crescimento não passou pelo aumento da qualidade e criatividade, consistiu, isso sim, na comercialização do Saber.

A universidade está a mostrar-se, tal como se mostrou o ensino secundário, incapaz de gerir o assalto. Este, no ensino secundário, começou após 75, tendo chegado a vez do ensino superior.

E como reagiu o ensino secundário a esta situação ? Licealizando a formação básica, o que é contra-natura, porque se entendemos que o cidadão é muito diferenciado, a escola, em vez de se diferenciar (como referiu o Prof. Formosinho) tornou-se mais monolítica. Por exemplo, a educação tecnológica, com todos os defeitos que lhe possam ser atribuídos, surge agora em opção com uma segunda língua estrangeira, e qualquer dia acabará mesmo...

As novas escolas superiores, os primeiros supermercados do saber, estão também a seguir esta linha: estão a licealizar a sua forma de relacionamento com os alunos, com aulas expositivas, sem laboratórios - universidades de papel e lápis - tal como hoje, em grande medida, o ensino secundário é ensino de papel, lápis e manual.

Como estamos a tratar de um fenómeno evolutivo, não é muito conveniente emitir grandes juízos de valor, porque a evolução é

independente da vontade daqueles que nela participam. O que podemos é ver as suas linhas de força e estudarmos como as vamos gerir. Como é que vamos manter no nosso Sistema Educativo, de alto a baixo, o espaço para a criatividade, o espaço para o saber fazer e para o aprender a fazer ?

Estas questões põem-se hoje ao ensino superior, cujo último reduto será, talvez um dia, o doutoramento. E esta será, sem dúvida, a escola obrigatória do século XXI.

Sendo bastante novo, já assisti à introdução do ciclo preparatório obrigatório, estou a assistir ao alargamento ao 9º ano, quando já se fala na inevitabilidade de o mesmo suceder ao 12º.

O alargamento da escolaridade obrigatória não antecede a "invasão", acontece devido à invasão e como resposta a essa invasão.

Aliás, basta analisar a política governamental. Eu fiquei espantado quando ouvi o Ministro da Educação referir-se aos elevados ratios professor/aluno como sendo um problema grave do nosso ensino superior. Não por existirem poucos alunos e muitos professores, mas por, havendo muitos alunos, os professores não estarem propriamente dispostos e preparados para tratar deles ao mesmo tempo !

O crescimento do sistema tem sido mais inflacionário do que diferenciado. A diferenciação é um processo que implica maturidade, daí que a escola vá ter dificuldades em crescer e diferenciar-se ao mesmo tempo. Ela vai ter talvez primeiro de crescer para depois se diferenciar, por isso é muito difícil sabermos hoje quais serão as linhas dessa diferenciação.

Penso também que existe actualmente o mito de hoje a educação ser mais exterior à escola. Penso que não, antes pelo contrário. O que se passa, é que antes o cidadão saía com a 4ª classe e aprendia o resto fora da escola; depois passou a sair com o ciclo e aprendia o resto fora da escola; o cidadão do futuro estará na escola até aos 25 anos e não vamos estar à espera que ele se mantenha numa ilha à nossa mercê e independente da sociedade.

O que a escola está, é a disputar cada vez mais o terreno da formação exterior, trazendo-a para dentro dela. Precisamos de avaliar os custos da longa permanência dos jovens na escola. Existirão vantagens em colocarmos no mercado de trabalho um imaturo tardio com 25 anos de idade ?

Explico: a escola tem-se tornado cada vez mais imatura, mais infantil, daí que existam hoje alunos universitários que concluam os seus cursos devido a explicações...

Dr. António Santos

Muito rapidamente, quero apenas dizer que e isso já foi afirmado por várias vezes ao longo deste Seminário, a escola não tem nem deve ter o monopólio da formação educativa. Parece-me importante dizer que o direito e o acesso à educação num sistema que é formal não pode, de facto, ser negado a todos aqueles que o desejem.

Obviamente, podemos estar de acordo quanto à importância de diversificar outras formas de acesso à educação, agora o que não podemos é, por receios de massificação ou outros, negar um direito que é o de uma educação formal. Isso coloca-nos um desafio que é bastante mais exigente, o da procura da qualidade o qual, infelizmente, só é agitado por vezes quando convém e nunca foi assumido verdadeiramente como um objectivo. Basta referir aquilo que se passou (não tenho nada contra o ensino particular, mas tenho que o dizer), com a necessidade de aumentar o número de estudantes no ensino superior, para dizer que se tinha aumentado a oferta do acesso ao ensino superior, sem as mínimas preocupações de qualidade. Hoje a factura está a ser paga e de que maneira. Esta era a primeira questão.

A segunda, refere-se à questão do formal e não formal. Quero apenas dizer que, obviamente, há outras formas de aprender que têm que ser valorizadas. O problema é só este, hoje quem dispõe dessas formas, já aprende através delas. Quem lê jornais, quem vai ao cinema, quem vai ao teatro, quem viaja, já tem uma educação não formal. O problema levanta-se a todos aqueles que não têm acesso a essa forma de educação. Portanto, aí a escola tem uma responsabilidade a que não pode fugir, que é a de ter, no seu interior, a preocupação de uma formação ampla que não é estritamente curricular.

Prof. Doutor João Formosinho

A questão estrutural que diz respeito à definição clara de Ensino Básico e de Ensino Secundário ou melhor de Ensino Primário e Ensino Secundário, é da maior importância para compreendermos a realidade tal como ela existe hoje e como irá evoluir.

Se analisarmos algumas características do Ensino Secundário entenderemos melhor o que diferencia o Ensino Primário do Secundário.

A Organização Pedagógica por disciplinas é uma característica do Ensino Secundário que realmente o distingue bastante do Ensino Primário. Em Portugal tal organização pedagógica está presente desde o 5º ano de escolaridade. Com efeito, as propostas da Comissão de Reforma do Sistema Educativo em relação ao 2º ciclo do ensino básico, que implicavam uma ruptura com a situação vigente, através da criação de áreas interdisciplinares, nunca foram seguidas. A proposta curricular adoptada já nem lhes chamou áreas interdisciplinares mas pluridisciplinares. Esta concessão nominal traduziu uma cedência conceitual, legitimando a sua constante organização por disciplinas.

Um segundo aspecto que diferencia o ensino primário do secundário, é a socialização monodisciplinar do professor. O professor do ensino secundário considera-se, em primeira instância, professor de alguma matéria, o que faz com que tenha uma maior ligação aos conteúdos programáticos do que aos alunos. Tal mentalidade está presente claramente no Terceiro Ciclo, mas também no Segundo. Neste

aspecto o 2º ciclo do ensino básico está muito próximo do Terceiro Ciclo e completamente separada do Primeiro. A importância dos conteúdos é conseqüentemente muito maior no ensino secundário do que no ensino primário.

A organização curricular, se se baseia em disciplinas ou em áreas, mostra claramente se se considera um determinado nível de ensino como secundário ou não.

À luz destes critérios de análise, o 2º ciclo é caracterizado claramente como ensino secundário.

Assim, temos actualmente apenas ensino primário e secundário, pois embora possamos usar a terminologia de "ensino básico", na prática dos professores, e até na prática da administração, há apenas ensino primário e secundário. Só existe ensino básico na Lei de Bases. E nalguns textos generosos.

Parece-me positiva a situação espanhola - a Espanha tinha 8 anos de escolaridade básica e na última reforma acabou com a designação de ensino básico. Actualmente o modelo que tem é de 6 anos de ensino primário, 3 anos de Ensino Secundário não obrigatório.

Como sugestão seria preferível uma solução que aumentasse o Ensino Primário para cinco anos e o actual 2º ciclo para três anos,

criando assim um ensino secundário obrigatório de três anos mas com espírito de Educação Básica.⁽¹⁾

Esta estrutura de 5+3 trazia várias vantagens para o sistema e para os próprios professores que actualmente estão no 3º ciclo passavam para o Ensino Secundário pois na verdade nunca quiseram ser considerados professores de Ensino Básico. Desta forma colocavam-se no Ensino Secundário professores que querem lá estar, o que aperfeiçoava e incentivava as sementes da Educação Básica que estão presentes no actual Preparatório e que estão impedidas de se desenvolver pela coabitação forçada do Preparatório com o Unificado, coabitação reforçada pelo facto de muitos professores do 2º ciclo darem aulas no 3º ciclo, nas escolas C+S.

Esta proposta teria a vantagem de se poder implementar mais adequadamente uma mentalidade de ensino básico de massas no 5º, 6º, 7º e 8º anos de escolaridade, fazendo corresponder a intencionalidade do ensino à realidade das características de aprendizagem dos alunos.

(1) O Dr. Lemos Pires propõe uma estrutura de 5+3+1. Ver comunicação apresentada no II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, em Setembro de 1992, Subordinada ao tema "Educação Básica: um novo conceito, numa perspectiva de cuidados primários de educação - As Escolas Básicas Integradas como centros locais de educação básica".

Moderador

Não me vou alongar porque já temos poucos minutos para o intervalo, na medida em que a Sessão de Encerramento está marcada para as 17h e temos convidados que vêm expressamente para essa sessão. Pessoalmente estou satisfeito, porque uma boa parte das intervenções se centrou no processo e não nos conteúdos da mudança educativa. Parece-me que uma das ideias que ressaltou (esta pelo menos foi a conclusão que tirei), não a trazia, é a de que a construção intencional da já realidade educativa terá de obedecer a um processo diferente do dominante até agora. Será um processo menos racionalista, menos centralizado, etc... com todas as características que foram aqui referidas.

Agradeço a todos os intervenientes, aos participantes nesta Mesa e aos intervenientes da sala, a atenção de todos. Muito obrigado.

Prof. Doutor Marçal Grilo

Gostava a terminar de formular duas notas e um agradecimento. A primeira nota será ainda relativa ao sistema do Ensino Superior e à questão da qualidade. Manifesto alguma perplexidade em relação a certas afirmações e comentários que têm vindo a ser emitidos acerca da qualidade do ensino e da investigação, sobretudo quando essas referências que se estão a produzir podem colocar em causa as próprias instituições. Tenho receio porque não existe, que eu conheça, qualquer

base fundamentada que permita afirmar e testemunhar com veracidade se o Ensino e a Investigação estão a ser produzidos tem ou não tem a qualidade desejada. Enquanto não for realizada uma avaliação séria, isenta e assente em critérios objectivos, tudo o que está a ser afirmado é, do meu ponto de vista, gratuito.

A segunda nota tem a ver com o facto de esta ser a última das três conferências antes das mesas redondas que se vão realizar. Procurámos constituir um conjunto coerente com as intervenções dos três conferencistas e, permitam-me que lhes diga a minha opinião, tenho a sensação nítida de que atingimos o objectivo de que os participantes reagiram bem a este conjunto de intervenções e documentários que o Conselho quis proporcionar ao longo deste Seminário.

Por último, quero agradecer muito particularmente aos três conferencistas principais, Professores Valadares Tavares, José António Fernández, e Ernâni Lopes e, também, a todos os comentadores, neste caso específico aos que participaram neste último tema, - o Prof. Viegas de Abreu e o Dr. Oliveira Martins.

Agradeço também a todos os participantes a atenção que demonstraram durante estas três conferências e as intervenções que produziram e que tanto enriqueceram os debates havidos.

A todos muito obrigado.

